



Copyright by Imazon Direito de cópia do Imazon 2009

Relatório de Atividades 2008





Sumário

06	CARTA SECRETARIA EXECUTIVA		
	APRESENTAÇÃO		
14	PROGRAMAS		
	14	Monitoramento da Amazônia	
	14	Política e Economia Florestal	
	16	Floresta e Comunidade	
	16	Transparência Florestal	
		Projeto Especial: Belém Sustentáve	
18	RESULTADOS 2008		
	18	Pesquisa	
	20	Políticas Públicas	
	26	Disseminação	
		Formação Profissional	
36	LISTA DE PUBLICAÇÕES		
	EQUIPE		
46	EXTRATO DO BALANÇO FINANCEIRO 2008		
50	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES		
52	SIGLAS		
54	ANEXO		

Relatório de Atividades 2008

CARTA SECRETARIA EXECUTIVA



ano de 2008 marca o final do mandato de Carlos Souza Jr. como Secretário Executivo do Imazon, cargo que assumiu em dezembro de 2004. Nos quatro anos de gestão, Carlos comandou um salto de qualidade significativo no setor de Administração do Imazon, o que possibilitou ao Instituto obter e gerir novas fontes de recursos e aumentar seu orçamento anual. A qualidade desse trabalho, desenvolvido em parceria com os integrantes da Administração e com o apoio das Vice-Secretárias Executivas Brenda Brito (2004-2007) e Ana Cláudia Rodrigues (2007-2008) e dos coordenadores de pesquisa, pode ser comprovada nos relatórios das auditorias institucionais de padrão internacional realizadas anualmente a partir de 2005 - todos aprovados sem ressalva.

Nesse ano também aconteceram mudanças nos Conselhos Diretor e Fiscal do Imazon. Luiz Carlos Estraviz Rodriguez (Presidente do Conselho Diretor), José Natalino da Silva (Conselheiro Diretor), Johan Zweed (Conselheiro Fiscal) e Raimundo Moraes (Conselheiro Fiscal) deixaram seus cargos após valiosas colaborações ao Instituto. O novo integrante do Conselho Diretor é Sérgio Abranches, cientista político, e o consultor Robert Schneider assumiu a Presidência deste conselho no lugar

de Luiz Carlos. No Conselho Fiscal, os novos membros são Ubiratan Cazetta, procurador da República, e Carlos Vicente, assessor do Senado.

Os grandes destaques do Imazon em 2008 foram nos campos de apoio a políticas públicas e treinamento. O Instituto firmou parcerias inovadoras com os Ministérios Públicos Federal e Estadual para fornecer mensalmente a esses órgãos informações sobre desmatamento em Áreas Protegidas. No Pará, essa colaboração resultou em iniciativas para melhorar as ações preventivas nos órgãos responsáveis pela proteção dessas áreas e, no final do ano, o Imazon obteve o prêmio Chico Mendes, como um reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente a esse trabalho. Como iniciativa na área de treinamento, criamos o Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI) para capacitar diferentes atores nas metodologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento desenvolvidas pelo Imazon ao longo de mais de 15 anos.

Além disso, na área de pesquisa, duas publicações de 2008 se destacaram em número de downloads no site do Instituto. O livro "Quem é dono da Amazônia" é o primeiro trabalho publicado pelo Imazon sobre o tema fundiário na Amazônia e um de seus resultados demonstra uma estimativa da incerteza dos direitos de propriedade na região, fator

que afeta seu desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Outro destaque é o livro Belém Sustentável 2007, que apresenta o novo resultado do projeto Belém Sustentável, cuja primeira publicação foi em 2003. Essa versão atualiza as informações apresentadas no livro anterior e inclui novas análises que estimulam o debate sobre a qualidade de vida em Belém, cidade da sede do Imazon.

A partir de 2009, nós, Brenda Brito e Ana Cláudia Rodrigues, assumimos a gestão do Imazon com o desafio de continuar aperfeicoando as práticas administrativas do Instituto e de manter os valores que têm pautado a atuação do Imazon desde sua fundação em 1990: sustentabilidade, ética e integridade profissional, abordagem científica e excelência na qualidade. Essa tarefa só será possível com a participação de toda a equipe do Instituto, que ao longo de todos esses anos busca com seu trabalho concretizar a visão de que a Amazônia será uma região com a sua biodiversidade e funções ecológicas conservadas, com atividades econômicas sustentáveis e socialmente justas, e com qualidade de vida aos seus habitantes.

> Brenda Brito Secretária Executiva

Ana Cláudia Rodrigues Vice-Secretária Executiva

Relatório de Atividades 2008

Apresentação



O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. O Instituto é uma associação sem fins lucrativos e qualificada pelo Ministério da Justiça do Brasil como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)¹.

O Instituto foi fundado em 1990 e sua sede fica em Belém, Pará. Em 18 anos, o Imazon publicou 315 trabalhos científicos e técnicos. Desse total, 144 correspondem a artigos científicos veiculados em revistas científicas internacionais ou como capítulos de livros. Além disso, foram publicados 88 relatórios técnicos, 40 livros, 12 livretos, 20 números da Série Amazônia e 11 números da série O Estado da Amazônia.

PESQUISA

As atividades de pesquisa do Imazon incluem diagnóstico socioeconômico, político e institucional dos usos do solo na Amazônia; desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento desses usos; realização de projetos demonstrativos; e elaboração de

cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas. O trabalho do Instituto fundamenta-se nos princípios da interdisciplinaridade, na busca de soluções com abordagem empírica e uso do método científico.

DISSEMINAÇÃO

O Imazon publica os resultados de seus estudos em revistas científicas nacionais e internacionais indexadas (Science, Nature, Proceedings of the National Academy of Science, Forest Ecology and Management, Conservation Biology, International Journal of Remote Sensing, Ciência Hoje etc.), manuais, vídeos, livretos, livros, artigos técnicos e resumos com recomendações para políticas públicas. Parte dos estudos está disponível gratuitamente na página eletrônica do Imazon (www.imazon.org.br).

Na mídia, os resultados dos estudos são disseminados em reportagens especiais para jornais, revistas, emissoras de rádio e TV e páginas eletrônicas de grande audiência. Além disso, os pesquisadores do Imazon participam como palestrantes em diversos eventos científicos e de políticas públicas em escala regional, nacional e internacional.

¹ Oscip é um título regulamentado pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, concedido pelo Ministério da Justiça a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com o intuito de facilitar a assinatura de parcerias e convênios com o Governo. Para receber essa qualificação é necessário cumprir vários requisitos, especialmente relacionados à transparência institucional.



POLÍTICAS PÚBLICAS

Os estudos do Imazon têm contribuído de forma efetiva para a elaboração de políticas públicas de largo alcance na Amazônia. As principais contribuições têm sido em áreas estratégicas como: ordenamento territorial (zoneamento e regularização fundiária); apoio à criação e implementação de Unidades de Conservação; aperfeiçoamento dos sistemas de comando e controle com ênfase na monitoração com imagens de satélite; instrumentos de fomento (por exemplo, estudos para alocação de crédito para as atividades de uso sustentável); apoio à elaboração e execução de políticas de promoção do manejo florestal empresarial e comunitário, melhoria na aplicação da Lei de Crimes Ambientais e recomendações para um efetivo cumprimento do licenciamento ambiental; entre outros.

Em muitas ocasiões o Imazon tem sido convidado a integrar comissões técnicas e assistir tomadores de decisão na esfera do Executivo, Legislativo e Judiciário, na elaboração de políticas públicas. O Instituto também tem participado de audiências públicas e em comissões do Poder Le-

gislativo (estadual e federal) para opinar e emitir pareceres sobre temas complexos e emergentes na Amazônia como reforma do Código Florestal, regularização fundiária, Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), programas de desenvolvimento sustentável para a região, entre outros.

▶ FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Um dos objetivos do Imazon é formar pesquisadores com capacidade analítica e experiência de campo voltados ao entendimento e solução dos problemas ambientais da Amazônia. Esse trabalho envolve a elaboração de um projeto de pesquisa, coleta e análise dos dados e apresentação dos resultados em artigos científicos e reuniões profissionais. Em 18 anos, o Imazon contribuiu para a capacitação de aproximadamente 170 profissionais nas áreas de ecologia, engenharia florestal, direito ambiental, economia rural, geoprocessamento, comunicação, planejamento regional, análise institucional e políticas públicas. Muitos desses profissionais atuam em posição de destaque em outras organizações ambientais, no setor privado e em instituições públicas.

PARA CUMPRIR SUA MISSÃO, O IMAZON SEGUE OS SEGUINTES VALORES:

Sustentabilidade. As soluções para os problemas de uso dos recursos naturais devem ser baseadas nos princípios de sustentabilidade, que é a capacidade de um ecossistema de manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Isso significa respeitar todas as formas de vida e os ciclos da natureza, valorizar a diversidade sociocultural, fortalecer economias locais sustentáveis e considerar os custos ambientais e sociais envolvidos nos processos produtivos. É essencial também promover esforços para a repartição de benefícios e compartilhar poder na tomada de decisão.

Ética. Adotar uma relação respeitosa com outras instituições e atores sociais; respeitar os direitos autorais; respeitar os códigos de ética profissional; e não discriminar raça, credo, posição social ou posição ideológica nas relações internas e externas.

Uso do Método Científico. O Imazon conduz análises objetivas e isentas, baseadas em métodos científicos comprovados na literatura especializada.

Excelência na Qualidade. Os produtos do Imazon passam por um processo rigoroso de controle de qualidade interna e de revisão por pares externos. Isso reforça a credibilidade e o respeito ao Instituto.

Visão do Imazon

AAmazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.

D BREVE HISTÓRIA DO IMAZON

No final dos anos 1980 as imagens de destruição ambiental e conflitos sociais na Amazônia começavam a ganhar destaque na imprensa nacional e mundial. O desmatamento acelerado, as queimadas, a exploração predatória de madeira e a proliferação de garimpos de ouro exerciam grande pressão ambiental e social sobre a região.

Nessa época, o ecólogo norte-americano Christopher Uhl, então pesquisador visitante da Embrapa, realizava pesquisas sobre as áreas degradadas no leste do Pará e preocupava-se com o pouco entendimento e a escassa documentação dessas transformações na paisagem amazônica. Ele compreendeu que a falta de pesquisas aplicadas sobre tais transformações enfraquecia o debate sobre as causas dessa degradação ambiental e dificultava a busca de alternativas efetivas para uma Amazônia sustentável. Uhl constatou também que havia uma grande carência de profissionais de nível superior aptos a estudar esses fenômenos de maneira multidisciplinar e a reportá-los de forma didática e estratégica para os tomadores de decisão. Ele identificou nessa crise uma oportunidade para servir à Amazônia e, em parceria com Adalberto Veríssimo, David MacGrath e Paulo Barreto, decidiu criar o Imazon, um instituto de pesquisa aplicada e multidisciplinar com o objetivo de estudar (com ênfase na abordagem empírica) e buscar soluções para os problemas cruciais de uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia.

A ideia de criar o Imazon nasceu em 1988, mas a fundação só ocorreu em 10 de julho de 1990. Ao longo de mais de dois anos Uhl, Veríssimo, MacGrath e depois Barreto, discutiram exaustivamente a missão, a cultura da organização e a abordagem do trabalho do futuro instituto. Isso foi feito revisando-se outras experiências institucionais no Brasil e nos trópicos úmidos, bem como conversando e debatendo a proposta de criação do Ima-

zon com dezenas de lideranças intelectuais, sociais e políticas da Amazônia. Veríssimo e Barreto continuam no dia-a-dia do Instituto desde então. A participação de Chris Uhl foi bastante reduzida com o seu retorno aos EUA em 1995, onde é professor na Universidade Estadual da Pensilvânia. MacGrath, por sua vez, é professor do Naea (UFPA) e pesquisador associado do Ipam. Chris Uhl e David MacGrath são membros efetivos da Assembleia Geral do Imazon.

A consolidação do Imazon ao longo de 18 anos de existência não seria possível sem a contribuição de mais de uma centena de funcionários que atuaram na instituição ao longo desse tempo, assim como de dezenas de colaboradores (pesquisadores visitantes e associados) e dos membros dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo do Instituto. Além disso, foi essencial o papel desempenhado por seus diretores executivos² nesse período, os quais continuam exercendo atividade direta no Instituto. Finalmente, o Imazon tem contado com uma parceria ampla e produtiva com dezenas de instituições públicas, privadas e não governamentais em suas múltiplas atividades, além da parceria com financiadores nacionais e internacionais que generosamente o têm apoiado na realização de suas atividades.

² Diretores Executivos: Adalberto Veríssimo (1990-1993), André Guimarães (1994-1995), Paulo Amaral (1996-1998), Paulo Barreto (1999-2003) e Carlos Souza Júnior (2004-2008). Todos os Diretores Executivos continuam exercendo a função de pesquisador no Instituto, exceto André Guimarães, que ocupa a função de Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imazon.

▶ PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES NESSES 18 ANOS

- Estudos do Imazon na área de manejo florestal e ecologia serviram de base para o estabelecimento de um sistema de manejo florestal destinado a empresas e comunidades tradicionais. No final de 2008, a área manejada na Amazônia já superava 6 milhões de hectares, dos quais cerca de um terço detinha selo verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC).
- Estudos técnicos e iniciativas na esfera de políticas públicas liderados pelo Imazon tiveram impacto direto na criação de aproximadamente 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia, dos quais 12,7 milhões de hectares na Calha Norte do Pará.
- 3. Pesquisas do Imazon sobre ecologia do mogno, a mais valiosa espécie de madei-

- ra tropical, foi essencial para sua inclusão na lista de espécies ameaçadas da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora (CITES).
- 4. Estudos sobre política e economia florestal contribuíram de forma decisiva para a elaboração da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas do Brasil (em vigor desde 2006), cujo principal objetivo é promover o uso sustentável de florestas públicas.
- Estudo pioneiro publicado em 2000, realizado em parceria com o Banco Mundial, serviu de referência para a elaboração da política de expansão das Florestas Nacionais (Flonas) e Estaduais (Flotas) na Amazônia.
- 6. Em 2006, o Imazon desenvolveu o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) como



instrumento para monitorar mensalmente e divulgar amplamente, de forma independente, a situação do desmatamento na Amazônia. Esse monitoramento tem catalisado um amplo debate na sociedade e contribuído para aumentar os esforços de combate ao desmatamento por parte do governo.

- 7. O Imazon firmou parceria inédita com os Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MPE) para fornecer informações sobre desmatamento ilegal nas Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) dos estados do Pará, Mato Grosso, Amapá e Roraima.
- 8. Discussões levantadas pelo Imazon sobre crédito público resultaram em uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que exige a regularidade ambiental e fundiária para concessões de novos créditos na região

- amazônica para imóveis acima de 400 hectares.
- Estudos do Imazon sobre a situação fundiária da Amazônia passaram a ser referência e contribuíram para que a regularização fundiária fosse eleita prioridade na preparação do Plano Amazônia Sustentável do governo federal a partir de 2008.
- 10. Pesquisas do Imazon sobre Manejo Florestal Comunitário (MFC) têm servido de base para a definição da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.
- 11. Informações sobre preços de produtos florestais não madeireiros tem contribuido para o estabelecimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para produtos da floresta.



Relatório de Atividades 2008

Programas



▶ MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA³

O Imazon detecta, quantifica e monitora, por meio de imagens de satélites, o desmatamento, a exploração madeireira, as estradas não oficiais e outras formas de pressão humana. Os resultados desses levantamentos são armazenados em um banco de dados acoplado a um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que permite a rápida geração de informações para atender demandas externas na área de planejamento regional e ZEE. As atividades de pesquisa deste programa são:

Detecção de Riscos Ambientais. Trata dos diagnósticos regionais da pressão antrópica na Amazônia e de modelos de alcance econômico de atividades de uso do solo (exploração madeireira, pecuária e soja);

Mapeamento de Áreas Desmatadas. Monitora o desmatamento por meio de imagens de satélite e publica os dados em boletins mensais:

Mapeamento de Exploração Madeireira. Avalia a efetividade e a qualidade de planos de manejo florestal usando imagens de satélite;

Mapeamento de Tipologias Florestais. Mapeia de forma detalhada as tipologias florestais e usa essas informações para a criação de Unidades de Conservação. Mapeamento de Estradas. Avalia a pressão humana e identifica áreas prioritárias para fiscalização e ordenamento fundiário de acordo com a localização das estradas não oficiais da Amazônia Legal.

Coordenação: Carlos Souza Jr.

Equipe: Amintas Brandão Jr., André Monteiro, Cíntia Balieiro, Júlia Ribeiro, Kátia Pereira, Márcio Sales, Rodney Salomão, Sâmia Nunes, Sanae Hayashi e Victor Lins.

Apoio: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação David & Lucile Packard, Usaid, Fundação AVINA, Embaixada do Reino dos Países Baixos e Serviço Florestal Norte-Americano.

POLÍTICA E ECONOMIA FLORESTAL

O setor florestal pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento sustentável da Amazônia ao aliar a conservação ao desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, historicamente, o setor florestal se desenvolveu de forma predatória e migratória em virtude da adoção incipiente das práticas de manejo florestal. O setor passa atualmente por profundas mudanças, incluindo a descentralização da gestão florestal, concessão florestal, avanços nos sistemas de controle e monitoramento e incremento na adoção do manejo florestal.

O objetivo deste programa é avaliar e subsidiar políticas públicas florestais a par-

³ Em 2008, o programa Monitoramento da Paisagem passou a se chamar Monitoramento da Amazônia. No entanto, as metas, a equipe e os financiadores continuam os mesmos.



tir de uma análise da evolução, da dinâmica e das tendências socioeconômicas do setor florestal na Amazônia. O programa também se propõe a investigar e propor instrumentos econômicos de apoio à adoção do manejo florestal e de compensação pelos serviços ambientais providos pela floresta, incluindo o mercado de produtos florestais.

Entre as iniciativas deste programa destacam-se:

Polos Madeireiros. Para subsidiar as políticas públicas da atividade florestal, o Imazon tem realizado diagnósticos periódicos sobre o setor madeireiro desde 1990. Desde 1998 o Instituto conduz levantamentos sobre o setor em toda a região amazônica. Esses levantamentos foram feitos em 1998 e 2004 e um novo será feito em 2009 com apoio do Serviço Florestal Brasileiro. Os estudos levantam dados cruciais sobre volume de madeira extraído e processado na Amazônia, empregos gerados, área afetada pela exploração madeireira, tecnologia de exploração e processamento, mercados e tendências do setor.

Polos Moveleiros. Com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Imazon iniciou em 2008 um amplo levantamento de campo sobre a indústria moveleira na Amazônia Legal. O estudo gera informações sobre consumo de matéria-prima, produtos beneficiados, tecnologia de processamento, renda, empregos gerados, mercados e tendências do setor moveleiro na região.

Flonas & Flotas. O Imazon tem apoiado a criação e a implementação de Flonas e Flotas na Amazônia. Desde 2007, o Instituto coopera com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema), Conservação Internacional (CI), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) na elaboração dos Planos de Manejo e na formação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação da Calha Norte do Pará (em torno de 12,7 milhões de hectares).

Samflor. O Sistema de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia, desenvolvido pelo Imazon, tem como objetivo testar um novo sistema de avaliação de atividades de manejo florestal em pequenos e médios empreendimentos madeireiros no Pará. O Samflor tem como principal característica a avaliação rápida dos padrões de exploração florestal, com ênfase em aspectos legais, técnicos, ambientais, sociais e de controle florestal. Todos estes aspectos têm como base de concepção a legislação florestal (estadual e federal), princípios e critérios do FSC e da Organização Mundial de Madeiras Tropicais (OIMT).

Coordenação: Adalberto Veríssimo.

Equipe: Daniel Santos, Denys Pereira, Jakeline

Pereira e Mariana Vedoveto.

Colaboração: André Monteiro (Imazon), Marco Lentini (IFT) e Roberto Palmieri (Imaflora). Apoio: Fundação Gordon & Betty Moore, Comissão Europeia, OIMT, Serviço Florestal Brasileiro e Sebrae.

Parcerias: AdT - Amazônia Brasileira, Imaflora, PFCA, RBMA e Governo do Estado do Pará: Sema.

▶ FLORESTA E COMUNIDADE

As comunidades tradicionais e produtores familiares rurais da Amazônia ocupam em torno de 1,2 milhão de quilômetros quadrados de florestas. Essas comunidades podem exercer um papel fundamental na conservação e uso sustentável dos recursos florestais desde que seja possível inseri-las de forma ativa na produção florestal legalizada da Amazônia. O objetivo deste programa é documentar, analisar e apoiar iniciativas de MFC e em pequena escala na Amazônia Legal.

O programa faz coleta de dados, análise de mercados e elaboração de banco de dados visando à melhoria da comercialização de produtos de exploração florestal comunitária na Amazônia; investiga fatores que contribuem para a adoção do manejo florestal por pequenos produtores, identificando e disseminando modelos de acompanhamento técnico e gerencial; monitora pressão humana sobre as áreas de comunidades tradicionais e Terras Indígenas ao sul do Amazonas e capacita essas comunidades no manuseio de GPS, leitura de mapas e mapeamento participativo, treinando agentes locais para o monitoramento de áreas comunitárias e indígenas.

Coordenação: Paulo Amaral.

Equipe: Andréia Pinto, Gerson Favacho, Gleice Gomes, Heron Martins, Irilene Vale, Marcelo Galdino, Simone Bauch e Valdir Pinto.

Colaboração: Benno Pokorny (Cifor), Edson Vidal (Esalq/USP), Erin Sills (Universidade Estadual da Carolina do Norte - EUA), Manuel Amaral (IEB) e Max Steinbrenner (UFRA).

Parcerias: Cifor, CSF Brasil, Fase, IEB, Imaflora, Kanindé, Rádio Clube do Pará, Ufra e Universidade de Freiburg.

Apoio: ICCO, Inco, Sebrae, UE e Usaid.

D TRANSPARÊNCIA FLORESTAL

O objetivo deste programa é contribuir para a redução do desmatamento ilegal na Amazônia por meio do monitoramento independente do desmatamento (usando principalmente o SAD), da divulgação ampla dos resultados para atoreschave e do uso dessas informações para orientar as ações de responsabilização dos infratores.

O SAD é um sistema capaz de gerar mapas de desmatamento e estatísticas com frequência mensal usando imagens do sensor MODIS. O sistema tem contribuído para orientar as ações de fiscalização, ao mesmo tempo em que permite o acompanhamento mensal das tendências de desmatamento. Em 2008, o programa, que já operava para os estados de Mato Grosso e Pará, ampliou a cobertura do monitoramento para toda a Amazônia Legal.

Todas essas informações têm sido divulgadas em boletins mensais com ampla repercussão na imprensa regional e nacional. Além disso, os mapas gerados ficam disponíveis para consultas interativas no portal de informações geográficas do Imazon, o ImazonGeo 2.0 (www.imazongeo.org.br).

Para aumentar a eficiência da responsabilização dos infratores ambientais, o programa conduz uma série de atividades relacionadas ao direito ambiental, incluindo: análise do desempenho de processos administrativos e judiciais contra crimes ambientais; promoção da transparência sobre a situação de processos administrativos contra infrações ambientais

em áreas protegidas na Amazônia; disseminação dos resultados para operadores do direito (promotores, procuradores, delegados, juízes, analistas ambientais), parlamentares e sociedade civil; e análise do desempenho de políticas de combate ao desmatamento ilegal considerando fatores da política ambiental (por exemplo, fiscalização e cobrança de multas) e do mercado (por exemplo, preços de mercadorias agrícolas).

Coordenação: Carlos Souza Jr. e Adalberto Veríssimo.

Equipe: Amintas Brandão Jr., Brenda Brito, Elis de Araújo, Heron Martins, Kátia Pereira, Paulo Barreto, Rodney Salomão e Sanae Hayashi.

Apoio: Fundação Lucile & David Packard, Fundação AVINA, Fundação Gordon & Betty Moore e Embaixada do Reino dos Países Baixos.

Parcerias: Sema (Mato Grosso), Sema (Pará), MPF (Pará), MPE (Pará), MPE (Roraima), MPE (Amapá), MPE (Mato Grosso) e ICV (Mato Grosso).

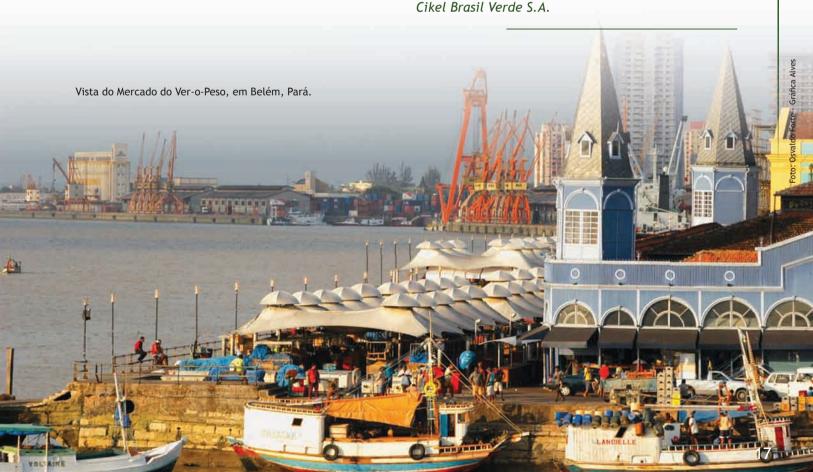
▶ PROJETO ESPECIAL: BELÉM SUSTENTÁVEI

O projeto Belém Sustentável busca soluções efetivas e sustentáveis para a região metropolitana de Belém, na Amazônia. Este projeto pressupõe uma ampla aliança entre os segmentos sociais, visão de longo prazo, metas e indicadores para monitorar e reportar avanços e obstáculos no caminho para uma cidade sustentável.

A cada três anos é feito um amplo relatório socioambiental sobre a Grande Belém, que trata dos temas centrais do seu cotidiano, tais como florestas urbanas, praças, lixo, água, esgoto, transporte, poluição sonora, poluição visual e patrimônio histórico.

Coordenação: Netuno Leão.

Equipe: Adalberto Veríssimo e Carla Costa. Apoio: Fundação AVINA, Companhia Vale, Sol Informática, Banco da Amazônia, Clínica Lobo e



Resultados 2008



PESQUISA

Geometria das Estradas na Amazônia

As estradas facilitam o acesso aos recursos naturais, porém, ainda não está claro como essas estradas se estruturam. Com o objetivo de esclarecer o assunto, em 2008 o Imazon, a Universidade da Flórida, Universidade do Estado de Kansas, Universidade do Estado de Michigan e Hobart and William Smith College publicaram artigo com uma análise comparativa da arquitetura e geometria das redes viárias nas cidades de Uruará, no Pará, e em Sinop, no Mato Grosso, ambas localizadas na Amazônia brasileira.

Imagens de satélite foram usadas para evidenciar as diferenças entre as redes de estradas das duas cidades. Os resultados demonstram que a distância do mercado consumidor e os tipos de solo e de clima afetam a agricultura presente e, consequentemente, o capital disponível para a construção de estradas. Verificou-se que a topografia também afeta a construção das redes viárias. Dessa maneira, tanto fatores físicos, quanto socioeconômicos são importantes na constituição da malha viária. O contexto político do assentamento inicial, os objetivos das instituições governamentais, o desenho original da rede e o tamanho original das propriedades a serem distribuídas também são fatores com poderoso efeito na estrutura das estradas.

Dinâmica do Desmatamento

Dado o interesse global em entender as causas do desmatamento tropical, é surpreendente notar que as taxas anuais de desmatamento ainda não foram objeto de pesquisa aprofundada. O Imazon conduziu, em parceria com a Imperial College London e o Smithsonian Tropical Research Institute, testes para designar os impactos da agricultura, da criação de Unidades de Conservação e das condicões econômicas nas taxas de desmatamento.

Os resultados mostraram que as taxas de desmatamento estão altamente relacionadas à economia nacional, à área plantada e ao preço da soja, bem como ao tamanho combinado das Unidades de Conservação da Amazônia; e que o número de cabeças e o preço do gado em um determinado ano interferem na taxa de desmatamento no ano posterior.

Verificou-se, também, que de 2001 a 2006 o preço da soja tinha uma forte correlação com as taxas de desmatamento, mas que antes disso não havia uma relação aparente. Concluiu-se que os dados disponíveis para esse tipo de análise são insuficientes para atribuir o peso de cada vetor do desmatamento na Amazônia e, desse modo, não é possível predizer com certeza onde estarão futuros desmatamentos.

Crimes Ambientais

Poucos estudos pesquisaram a efetividade da cobrança de multas contra crimes



ambientais pelos órgãos governamentais de meio ambiente para deter o desmatamento ilegal. O Imazon publicou um trabalho com foco no estado de Mato Grosso que analisa as contribuições desses órgãos para deter o desmatamento ilegal. O estudo compara o valor das multas ao lucro esperado com a criação de gado e agricultura no estado, dois dos principais motores do desmatamento na região. Além disso, usando como amostra processos iniciados entre julho de 2005 e julho de 2006, o estudo analisa se as multas emitidas foram, de fato, pagas.

Constata-se que para aumentar a probabilidade de execução das multas é necessário melhorar o sistema administrativo. A porcentagem de multas pagas é baixa e, na maior parte dos casos, a defesa ou outros tipos de análise jurídica estão pendentes. Em muitos casos, os infratores apresentam como defesa a incerteza do direito à propriedade existente na região, ou seja, justificam que a terra não é deles. Esse argumento levou ao cancelamento de diversas multas.

Monitoramento do Desmatamento via Satélite no Acre

O Imazon testou, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac) e a empresa Spot Image, um novo método para fornecer em tempo quase real mapas de desmatamento usando imagens do satélite de resolução espacial muito alta (8-2m) Formosat-2. O estudo de caso foi feito na região do

Baixo Acre. Usando as imagens e baseandose em técnicas de detecção de mudanças, a equipe de pesquisa criou um processo de sete etapas para detectar e informar o desmatamento. Os mapas com os resultados do desmatamento foram encaminhados ao Imac em menos de sete dias a partir da compra das imagens a fim de que fossem planejadas as intervenções em campo para deter o desmatamento ilegal em progresso.

Manejo Florestal Comunitário

Pesquisadores do Imazon são coautores das publicações "Acompanhamento para Manejo Florestal Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil" e "Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Brasil". Esses livretos são produtos do projeto "Aprendendo a construir modelos de assistência técnica para organizações de base na Amazônia brasileira e América Central" executado pelo Imazon em parceria com o Cifor. O objetivo principal foi estudar as diferentes formas de assistência técnica proporcionadas por organizações de apoio ao MFC.

O Serviço Florestal Brasileiro pediu autorização para reimprimir 3 mil unidades do Guia de Manejo Florestal Comunitário publicado em 2007 pelo Imazon, a fim de utilizálo em seus cursos de capacitação. O Guia, publicado originalmente em 2007, já está em sua terceira reimpressão, com 5 mil unidades impressas.

Relatório de Atividades 2008

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2008, o Imazon integrou os seguintes conselhos técnicos e câmaras:

- Conselho de Gestão de Florestas Públicas (órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro), representando as organizações ambientalistas. Representante: Adalberto Veríssimo.
- Comitê Técnico do Fundo Amazônia. Representante: Adalberto Veríssimo.
- Conselho Consultivo do Parque Estadual do Utinga (em Belém, Pará). Representante: Netuno Leão.
- Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará (CTSF). Representantes: André Monteiro e Denys Pereira.
- Câmara Ambiental do Conselho Diretor do FSC - Iniciativa Brasil. Representante: Paulo Amaral.

Parceria com Ministérios Públicos para o Monitoramento de Áreas Protegidas

Em uma iniciativa inédita, o Imazon firmou convênio com os MPE e MPF de estados da Amazônia para agilizar as ações de combate ao desmatamento ilegal nas Áreas Protegidas da região. O Instituto utiliza o SAD para detecção, em tempo quase real, de desmatamentos ilegais nessas áreas. Por sua vez, o Ministério Público usa essa infor-

mação para cobrar dos órgãos ambientais a verificação, em campo, do desmatamento, bem como para acompanhar o processo de responsabilização dos crimes ambientais nas Áreas Protegidas. Essa iniciativa deu ao Imazon o Prêmio Chico Mendes 2008 na categoria ONG.

O Imazon celebrou em 2008 acordos de cooperação técnica com o Ministério Público Federal do Pará e os Ministérios Públicos Estaduais do Pará, Roraima, Amapá e Mato Grosso, além de parcerias com as Secretarias de Estado de Meio Ambiente do Pará e Mato Grosso.

O objetivo da representação⁴ de desmatamento gerada pelo Imazon e encaminhada ao Ministério Público é aumentar a agilidade na adoção de providências para punir ou coibir o desmatamento nas Áreas Protegidas. Com as representações de desmatamento, o Ministério Público agiliza o processo de verificação no local e aciona os órgãos competentes para fiscalização da área desmatada e iniciação do processo de punição dos infratores.

A Figura 1 resume as representações feitas pelo Imazon no Pará: 145 no total representando 182 quilômetros de desmatamento ilegal reportados ao Ministério Público.

⁴ Representação é toda notícia de irregularidade levada ao conhecimento do Ministério Público. Qualquer cidadão pode representar ao MPF, podendo fazê-lo por escrito ou pessoalmente na Procuradoria. A representação também pode ser feita por pessoas jurídicas, entidades privadas, entidades de classe, associações civis ou órgãos da administração pública. A partir da representação ocorre uma investigação do Ministério Público.

Figura 1 - Representações feitas pelo Imazon sobre o desmatamento em Áreas Protegidas para o Ministério Público Federal no Pará.

Calha Norte

Em parceria com a Sema (Pará), CI, MPEG e Imaflora, o Imazon trabalha na implantação dos Planos de Manejo das Flotas do Paru, Faro e Trombetas, da Esec Grão Pará e da Rebio Maicuru. Inicialmente, a elaboração dos planos requereu conhecer a situação socioeconômica e ambiental da região. Para isto, o Imazon refinou e validou mapas de vegetação (em escala de 1:50.000) e de acessibilidade econômica da exploração madeireira na região (Figura 2) e realizou levan-

tamentos socioeconômicos em parceria com o Imaflora e a Sema.

Esses levantamentos concluídos em 2008 requereram nove expedições de campo. São informações como a localização dos ocupantes e as atividades agrícolas e extrativistas desenvolvidas dentro e no entorno das florestas. O trabalho de campo inclui entrevistas, mapeamento participativo e coleta de coordenadas geográficas de pontos de interesse, tais como vilas e estradas.

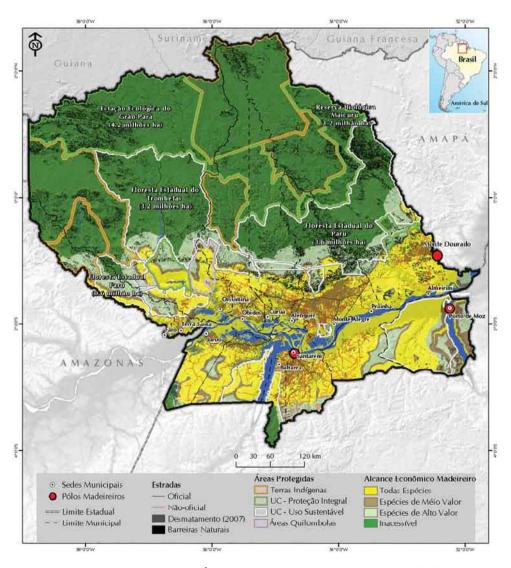


Figura 2 - Mapa de acessibilidade econômica da exploração madeireira na Calha Norte do Pará.

Florestas do Noroeste de Mato Grosso

Em 2008, o Imazon concluiu um diagnóstico das áreas florestais do noroeste de Mato Grosso que possuem potencial para manejo florestal. Nesse estudo também foi feita uma avaliação da exploração madeireira por meio de imagens de satélite. O relatório revela que há potencial para definição de áreas para manejo florestal a partir da criação de Flotas e também em propriedades privadas.

Paragominas: Município Verde

O Imazon assinou convênio com a Sema (Pará) e a Prefeitura Municipal de Paragominas para elaboração e apoio à execução de um amplo programa de combate ao desmatamento no município. O programa, chamado "Município Verde", contempla também esforços de cadastramento ambiental das propriedades rurais e o desenvolvimento de alternativas econômicas com base no manejo florestal, reflorestamento e intensificação da agropecuária.

Em 2008 o Imazon conduziu um diagnóstico socioeconômico do município e ao mesmo tempo realizou o monitoramento da cobertura florestal com imagens de satélite. Além disso, obteve dados georreferenciados de cerca de um terço do território de Paragominas incluindo propriedades privadas, Terras Indígenas e Assentamentos rurais. Essa informação é crucial para orientar os esforços de planejamento municipal. Em relação ao desmatamento, de acordo com dados do Prodes, do Governo Federal, houve redução de 43% do desmatamento em 2008 se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Pacto pela Madeira Legal e Sustentável

O Pacto pela Madeira Legal e Sustentável foi assinado entre entidades empresariais, órgãos públicos e representantes da sociedade civil para estimular a produção, o uso e o consumo sustentável dos produtos madeireiros da floresta amazônica. O Imazon contribui para o pacto monitorando de maneira independente, por meio de imagens de satélite, as áreas de produção florestal com planos de manejo aprovados pelos órgãos ambientais e comunicando aos signatários do pacto possíveis irregularidades e inconsistências detectadas. Dessa maneira, o Imazon contribui para a transparência florestal desses planos de manejo.

Cooperação Técnica com o Instituto de Terras do Pará

O Imazon (representando o consórcio Comunidades e Florestas) assinou um termo de cooperação técnica com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz, que tem por objetivo realizar conjuntamente o planejamento, o desenvolvimento e a implantação de projetos para a regularização fundiária de propriedades familiares em Porto de Moz. Nessa cooperação, cabe ao Imazon localizar, por meio de imagens de satélite, os imóveis rurais para possibilitar a confecção do mapa fundiário da região e, em parceria com o Sindicato, divulgar as ações na comunidade, esclarecendo e favorecendo a participação e capacitação para o mapeamento participativo. Para auxiliar nessas atividades, o consórcio Comunidades e Florestas, liderado pelo Imazon, publicou a cartilha "Trilhas da Regularização Fundiária para Populações nas Florestas Amazônicas - como decidir qual a melhor solução para regularizar sua terra?". zação no campo e os demais (a restrição do crédito valeu para todos os municípios do bioma Amazônia).

Restrição de Crédito Rural

Análises do Imazon revelaram que o crédito público subsidiado promoveu o desmatamento na Amazônia. Essa análise, divulgada na grande mídia, acabou resultando em um debate nacional sobre o papel do crédito rural no desmatamento da região. Essas discussões resultaram em uma resolução do CMN exigindo a regularidade ambiental e fundiária para a concessão de novos créditos na região para imóveis acima de 400 hectares. A taxa de desmatamento caju fortemente após a vigência dessa medida a partir de julho de 2008. A Figura 3 mostra a diferença mensal do desmatamento entre 2007 e 2008, em quilômetros quadrados, considerando os municípios foco de fiscali-

Aplicação da Lei contra crimes ambientais

Estudos anteriores do Imazon, a nova publicação "A Destinação dos Bens Apreendidos em Crimes Ambientais na Amazônia" e a tese de Brenda Brito defendida na Universidade Stanford (EUA) "Can environmental agencies stop illegal deforestation in the Brazilian Amazon? An analysis in Mato Grosso State", revelaram a baixa eficácia da aplicação da Lei de Crimes Ambientais na região. Para promover esses estudos, houve divulgação em eventos cujo público incluía procuradores, parlamentares, delegados e peritos das Polícias Civil, Militar e Federal, além de duas apresentações em audiências públicas na Câmara dos Deputados. O estudo

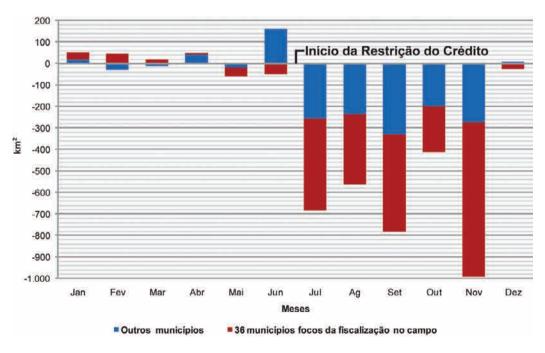


Figura 3 - O desmatamento caiu fortemente após a restrição do crédito.

Os estudos do Imazon também ajudaram a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados na revisão da Lei de Crimes Ambientais para torná-la mais efetiva. Foi sugerido que a Lei priorizasse a venda dos bens apreendidos em vez das doações. Os leilões dos bens trazem três vantagens:

permite arrecadar recursos que servem como uma salvaguarda contra a insegurança jurídica no caso em que o judiciário julgar que os bens deveriam ser devolvidos; possibilita que os recursos arrecadados e já livres de risco de a decisão ser revertida possam ser usados para fortalecer a fiscalização, a reparação de danos e a proteção de Unidades de Conservação; e o Ibama ficaria dispensado de controlar o uso dos bens destinados, diferentemente do controle do uso dos bens doados.



Figura 4 - Jornal da Câmara destaca a necessidade de discussão na mudança da legislação para facilitar a destinação dos bens apreendidos em crimes ambientais.

Regularização Fundiária

O livro do Imazon "Quem é Dono da Amazônia" mostrou que apenas aproximadamente 4% da área dos imóveis rurais da região está regularizada e verificada. Esse número passou a ser uma referência em muitos debates sobre o assunto e contribuiu para que a regularização fundiária fosse eleita prioridade na preparação do Plano Amazônia Sustentável. O governo federal iniciou discussões com os governos estaduais para simplificar as regras e acelerar a regularização na região.

As recomendações do Imazon também foram incorporadas em uma carta de princípios para a regularização fundiária em terras públicas. Esse documento marca o posicionamento de várias ONGs perante recentes propostas do Governo Federal em acelerar o processo por meio da criação de um novo órgão e da flexibilização das regras atuais. A carta de princípios pode ser lida ao final deste relatório.

Assembleia Legislativa do Pará

O Imazon assessorou tecnicamente a Comissão de Avaliação do Desmatamento no Pará criada pela Assembleia Legislativa do Estado. O Instituto coordenou as discussões sobre a situação ambiental e as causas do desmatamento e da degradação florestal. Também foi discutido o que pode ser feito para enfrentar a tendência de desmatamento persistente e os passos necessários para se criar uma nova economia rural no estado com base no respeito à legislação ambiental.

Revisão do Plano Diretor de Belém

A Prefeitura Municipal realizou a revisão do Plano Diretor Urbano de Belém a

partir de audiências públicas ocorridas em 2007. O Imazon fez parte do Grupo de Revisão contribuindo para o planejamento e zoneamento principalmente em Áreas de Proteção e Zonas de Especial Interesse à Preservação.

DISSEMINAÇÃO

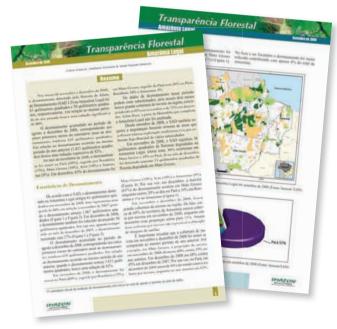
ImazonGeo 2.0

O Imazon lançou a versão 2.0 de seu portal de geoinformação trazendo uma série de novidades para melhorar a interatividade do ImazonGeo. Ao entrar no site, o usuário tem disponível automaticamente os últimos desmatamentos detectados pelo SAD, assim como o período de detecção e a área e localização de cada polígono. É possível também observar no mapa o ranking de desmatamento por estado, município, Assentamento, Terra Indígena e Unidade de Conservação. Os relatórios em pop-ups trazem essas informações prontas para serem guardadas no computador em formato PDF.

Na nova camada de análises incorporada – Infrações Ambientais em Áreas Protegidas – o usuário tem acesso a dados coletados diretamente do Ibama sobre a localização, caracterização e situação de casos de infrações ambientais nessas áreas. Além disso, o ImazonGeo 2.0 possibilita diferentes tipos de análises a partir dessas informações, como o *ranking* de estados por valor de multas ambientais em Áreas Protegidas e o *ranking* das Unidades de Conservação de acordo com a quantidade de processos administrativos de infrações ambientais. A nova versão está disponível no endereço www.imazongeo.org.br.

Transparência Florestal

Em 2008, o monitoramento do desmatamento feito pelo Imazon passou a ser para toda a Amazônia Legal e o sistema usado para gerar os boletins passou a ser o SAD 2.0. Em virtude de uma série de inovações e aprimoramentos técnicos, o novo sistema estima a abundância de vegetação, de solos e da vegetação fotossinteticamente não ativa, isto é, monitora o corte raso e a degradação florestal nas áreas que sofreram intensa exploração madeireira e/ou foram afetadas por fogo florestal de várias intensidades. O SAD 2.0 é compatível com a versão anterior, o SAD 1.0, pois o sistema de detecção de desmatamento foi calibrado para gerar o mesmo tipo de resposta obtida pelo método anterior.



O Boletim Transparência Florestal dissemina rapidamente a informação sobre desmatamento para tomadores de decisão e sociedade civil por meio da mídia e do ImazonGeo 2.0. Em 2008, foram publicados sete boletins com os dados de janeiro a outubro. Como resultado dessa estratégia, o Imazon se tornou fonte de informação sobre o assunto na Amazônia brasileira. Além disso, o boletim ajudou a manter vivo o debate sobre desmatamento e ajudou a definir políticas que têm como objetivo coibir o desmatamento ilegal na região.

Preços dos Produtos Florestais Não Madeireiros

O Imazon passou a divulgar semanalmente os preços dos produtos florestais não madeireiros tais como açaí, andiroba, castanha-do-pará, copaíba e pupunha, comercializados nas cidades paraenses de Belém, Porto de Moz, Gurupá e Breves e, em Santana, no Amapá. Entre agosto de 2007 e julho de 2008 os precos foram veiculados na rádio comunitária de Gurupá e, em parceria com a Rádio Clube do Pará⁵, os preços são veiculados para todo o Pará. O objetivo dessa divulgação é oferecer informações para as comunidades que vivem e dependem da floresta, aumentar seu poder de negociação e fazer com que consigam melhores preços em seus produtos, valorizando cada vez mais a floresta.

O Imazon na mídia

Em 2008, o Imazon foi uma das principais referências na imprensa nacional e internacional sobre a Amazônia: foram 669 inserções originais em todos os tipos de veículo

⁵ O programa Clube do Campo pode ser ouvido aos domingos, ao vivo, às 7 horas da manhã, na frequência 690 khz AM no Pará, pelo *website* da rádio (www.radioclubedopara.com.br) e pelo canal 402 da TV por assinatura Sky. Estima-se que 85% das pessoas do estado do Pará que estão com o rádio ligado nesse horário ouvem o programa.

e 600 reproduções, somando 1.269 matérias conforme Tabela 1.

O Instituto foi consultado sobre temas relacionados ao desmatamento, à pecuária, à regularização fundiária, a políticas públicas na região, entre outros. As publicações tiveram ampla cobertura na mídia, com destaque para os livros "Quem é Dono da Amazônia: uma análise do recadastramento dos imóveis rurais" e "A Destinação dos bens apreendidos em crimes ambientais na Amazônia", os

quais serviram de base para reportagens em grandes jornais como Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Os boletins Transparência Florestal também tiveram amplo destaque nos principais veículos de comunicação do País, e o livro 'Belém Sustentável 2007 obteve grande repercussão na imprensa de Belém. Em 2008 foram feitos trinta e quatro mil downloads de publicações do Imazon pelo website. A Tabela 2 mostra as dez primeiras publicações do ranking.

Tabela 1. Inserções por veículo.

Tipo de Veículo	N° de inserções
Website	299
Impresso	197
TV	79
Agência	38
Rádio	35
Revista	21
Total originais	669
Total reproduções	600
Total Geral	1.269

Tabela 2. Ranking de Downloads.

Publicações	Quantidade
Guia para o Manejo Florestal Comunitário	1.481
Quem é Dono da Amazônia: Uma Análise para o Recadastramento de Imóveis Rurais	1.383
Belém Sustentável 2007	1.019
O Avanço da Fronteira na Amazônia: do Boom ao Colapso (O Estado da Amazônia: Indicadores nº 02)	838
Floresta para Sempre: Um Manual para a Produção de Madeira na Amazônia	729
Amazônia e os Objetivos do Milênio (O Estado da Amazônia: Indicadores nº 01)	550
A Destinação dos Bens Apreendidos em Crimes Ambientais na Amazônia	450
Pressão Humana na Floresta Amazônica Brasileira	447
Pecuária na Amazônia: Tendências e Implicações para Conservação	425
Transparência Florestal da Amazônia Legal (Abril de 2008)	425

Websites

A internet foi o meio com a mais ampla divulgação da Instituição. Sites focados na temática ambiental como Amazonia.org (52 inserções), Pará Negócios (47 inserções) e O Eco (44 inserções) e sites de interesse geral como Portal Terra, Uol e G1 utilizaram dados e opiniões dos pesquisadores do Instituto em suas matérias.

Jornais Impressos

O Imazon foi citado 197 vezes neste tipo de veículo, incluindo jornais de circulação nacional como Folha de São Paulo (31 inserções) e O Estado de São Paulo (19 inserções), jornais paraenses como O Liberal (64 inserções) e o Diário do Pará (26 inserções) e jornais de outros estados, como O Globo (RJ), Correio Braziliense (DF), Diário de Cuiabá (MT), Folha do Espírito Santo (ES), Diário do Amazonas e Jornal do Comércio (AM).

Agências

Agências de notícias nacionais e internacionais como Reuters, Associated Press, BBC, Agência Brasil e Agência Estado publicaram 38 matérias, que foram reproduzidas de forma expressiva em canais de notícias e de interesse geral.

Rádio

Pesquisadores do Imazon concederam 35 entrevistas em rádios brasileiras como CBN, Agência NP e Rádio Câmara.

Internacionais

Os veículos britânicos The Economist, The Guardian e Telegraph, o francês Le



Figura 5 - Destaques do Imazon nos jornais O Liberal, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo (de cima para baixo).

Monde, o norte-americano Miami Herald, os espanhois La Opinión e Notícias Alliadas, além de jornais russos, noruegueses, ucrânianos, entre outros, produziram matérias nas quais o Imazon foi fonte de informações.

Revistas

O Imazon foi citado 21 vezes em revistas de destaque nacional como Época, Carta Capital, Veja, Isto É e Globo Rural e em publicações voltadas a temas ambientais.

TV

Pesquisadores do Imazon foram entrevistados em telejornais brasileiros de destaque como Jornal Nacional, Jornal Hoje e Jornal da Band e em canais de notícias como Globonews e BandNews. Além disso, programas jornalísticos como Domingo Espetacular, da Rede Record e os programas Ação Consciente e Sem Censura, da TV Cultura, usaram informações geradas pelo Imazon como

fonte. Foram 79 reportagens no total.

Eventos

Em 2008 pesquisadores do Imazon coorganizaram e/ou palestraram em seminários, simpósios, fóruns e congressos nacionais e internacionais para aproximadamente 5.600 ouvintes, incluindo estudantes, membros do Congresso Nacional, especialistas responsáveis por avaliar o impacto das iniciativas florestais contra as mudanças climáticas, entre outros. Foram 35 palestras relacionadas principalmente a manejo florestal, desmatamento e destinação dos bens apreendidos em crimes ambientais na Amazônia.

Palestras e Seminários

Em junho de 2008, a pesquisadora Brenda Brito apresentou aos funcionários do MPF, Justiça Federal e Ministério Público do Trabalho estudo do Imazon sobre aplicação da

Três importantes reportagens sobre o Imazon na TV:

O Jornal Nacional mostrou o acordo do Instituto com o Ministério Público para a detecção do desmatamento em Áreas Protegidas e a primeira representação encaminhada, que denunciava o desmatamento na Terra Indígena Xicrin do Cateté.

O Jornal Nacional também divulgou com exclusividade os dados de desmatamento de maio de 2008 gerados pelo SAD do Imazon.

O Globo Rural destacou o Imazon em um programa especial sobre a situação da indústria madeireira em Tailândia, no Pará.

Lei de Crimes Ambientais na Justiça Federal e no Ibama. O trabalho aponta os problemas na condução dos processos destes crimes, além de sugerir possíveis medidas para a redução desses problemas. A palestra fez parte de um ciclo de debates realizados para capacitar os servidores daquelas instituições.

Em julho, o Imazon coorganizou com o Sebrae o "3° Seminário Estadual do Arranjo Pro-

dutivo Local de Madeiras e Móveis em Roraima" e o "Seminário do Setor Madeireiro do Estado do Amapá: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras para o Desenvolvimento", no Amapá. A palestra de abertura desses eventos, apresentada pelo pesquisador Paulo Amaral tratou dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento do setor madeireiro. Os relatórios finais dos eventos foram elaborados pelos pesquisadores do Imazon, que também ajudaram a criar grupos de trabalhos que darão seguimento às agendas de trabalho elaboradas.

Em setembro, Paulo Barreto palestrou sobre "Regularização fundiária na Amazônia brasileira" para especialistas envolvidos na Iniciativa Internacional da Noruega para Florestas e Clima. A iniciativa visa criar modelos para o desenvolvimento e execução de programas de redução de emissões de gases do efeito estufa derivados de desmatamento e degradação florestal.

Em outubro, Adalberto Veríssimo apresentou a parceria entre o Imazon e o Ministério Público Federal do Pará no monitoramento de Áreas Protegidas no estado no Seminário Working Forests in the Tropics, promovido pela Universidade da Flórida, em Gainesville (EUA). O trabalho é referência para ações de responsabilização de crimes ambientais principalmente em Áreas Protegidas.

Em dezembro, o Imazon coorganizou e o pesquisador Paulo Amaral foi um dos palestrantes do seminário "Inovação e Biodiversidade - A perspectiva da certificação" realizado na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. O evento reuniu cerca de 60 pessoas que trabalham com produtos da floresta nos ramos alimentício e fitocosmético, além de representantes de comunidades e ONGs. O evento teve como objetivo estabelecer o diálogo entre esses diversos públicos.

Principais simpósios

Carlos Souza Júnior palestrou em setembro nas sessões Mapping and Monitoring Forest Carbon in the Americas do evento GEOSS (Global Earth Observation System of Systems), ocorrido no Panamá e também na Forest Biomass and Carbon em Foz do Iguaçu, Brasil. Os eventos fazem parte do GEO (Group on Earth Observation) lançado em 2002 pelo G8, que objetiva melhorar a colaboração dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na área de observação da Terra. As audiências dos Simpósios foram de tomadores de decisão, pesquisadores, ONGs e gerentes de projetos florestais atuando nas áreas de monitoramento de estoques de carbono, análises de riscos ambientais (por exemplo, queimadas), conservação de biodiversidade e serviços ambientais.

Também em setembro, o Imazon contribuiu com a realização do 1º Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável, promovido pelo Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS). A ação do Conselho se concentra em criar e disseminar conhecimentos e boas práticas, mobilizando a cadeia produtiva para essa transição. No evento Adalberto Veríssimo apresentou seminário sobre o uso da madeira manejada e certificada na construção civil.

Em dezembro, Paulo Amaral palestrou sobre a importância do manejo de produtos florestais não madeireiros para as populações extrativistas da Amazônia no VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia organizado pelo NAEA, no Amazontech em São Luis, Maranhão, e no Seminário de Políticas Públicas Florestais, na Universidade Federal do Paraná.

III Feira Brasil Certificado



Promovida em parceria com o Imaflora, Amigos da Terra e FSC, a feira ocorrida em São Paulo de 16 a 18 de abril, reuniu em torno de 35 expositores e um público estimado em mais de 5 mil pessoas. Entre os setores representados na Feira estão processadores de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, arquitetura, decoração, design, construção civil e comércio varejista.

▶ FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2008, o Imazon investiu na formação profissional de seus funcionários com apoio a cursos universitários, de especialização, de mestrado no exterior, de idiomas, de informática, de direito ambiental, oficinas de segurança e primeiros socorros em atividades de campo e oficinas sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Quatorze estagiários foram treinados nas áreas de direito ambiental, sensoriamento remoto, mercados de produtos florestais não madeireiros e comunicação institucional. Além disso, estagiários e funcionários participaram de simpósios, congressos e seminários com apoio financeiro do Instituto.

O Imazon treinou um grupo de 16 índios Parintintin em boas práticas de manejo, especialmente de produtos florestais não madeireiros, como copaíba e andiroba.

Funcionários do Imazon também ministraram aulas para gestores de Unidades de Conservação do Ibama no Curso Introdutório de Gestão de Unidades de Conservação na Amazônia, organizado pelo IPÊ nos estados do Acre, Amazonas e Pará.

Como parte das atividades das parcerias do Imazon com os Ministérios Públicos, o Imazon capacitou, em cursos rápidos, membros desses órgãos sobre como as imagens de satélite podem auxiliar na responsabilização de crimes ambientais na Amazônia. Foram ministrados cursos em Roraima e Amapá, com aproximadamente 50 participantes, entre integrantes do Ministério Público (procuradores, promotores e técnicos das procuradorias de meio ambiente), da Polícia Federal, Polícia Civil, Exército Brasileiro e outros parceiros do Ministério Público.

CGI

Há mais de 15 anos o Imazon desenvolve atividades na área de sensoriamento remoto e dissemina esses resultados e descobertas em cursos não sistematizados de curta duração, em estágios no laboratório de sensoriamento remoto da instituição e especialmente em publicações em revistas científicas. A demanda sempre crescente por treinamentos altamente especializados motivou o Imazon a criar o Centro de Geotecnologia do Imazon (CGI) com o objetivo de transferir a abordagem de pesquisa e as geotecnologias desenvolvidas pelo Instituto a organizações e indivíduos da área de meio ambiente, focadas à solução de problemas.

Em 2008, o CGI iniciou o treinamento de 20 técnicos e tomadores de decisão (diretores e gerentes) da Sema (Pará). O curso de 400 horas está previsto para encerrar em junho de 2009 e foi formatado para dar aos técnicos todo o conhecimento necessário para implementar o sensoriamento remoto e



outras geotecnologias como ferramenta de detecção do desmatamento ilegal e atividades de zoneamento e monitoramento.

O CGI dispõe de uma sala de aula com 20 estações de trabalho, recursos multimídia e de videoconferência e internet banda larga. As aulas são teóricas e práticas e todo o material de apoio é disponibilizado na página eletrônica do CGI. Ao final de cada curso o participante com pelo menos 80% de frequência recebe um certificado.

Jornalismo Ambiental

O Imazon e a agência de comunicação Eko - Estratégias em Comunicação organizaram em 2008 quatro palestras sobre o tema Jornalismo Ambiental: Os desafios da cobertura na Amazônia. Os palestrantes convidados foram Alexandre Mansur (editor de ciência e meio ambiente da revista Época); Marcos Sá Correa (editor do site especializado em meio ambiente O Eco); Cláudio Ângelo Monteiro (editor de ciência e tecnologia da Folha de São Paulo), Felipe Milanez (editor da revista National Geographic Brasil) e Fábio Castro (então Secretário de Comunicação do Estado do Pará).

Os encontros iniciam com a palestra do convidado especial, seguida de uma mesa de debates com jornalistas da cidade de Belém e pesquisadores do Imazon. O público total em 2008 superou 800 pessoas entre estudantes de comunicação, jornalistas e pesquisadores da área de meio ambiente. O projeto continuará em 2009 com a presença confirmada de Sérgio Abranches (Rádio CBN), André Trigueiro (GloboNews) e a Senadora Marina Silva.



Figura 6 - Palestra "Jornalismo Ambiental: Os desafios da Cobertura na amazônia", realizada pelo Imazon e parceiros.





O Fórum Amazônia Sustentável foi criado em novembro de 2007, após um longo processo de diálogo liderado pelo Instituto Ethos e 40 organizações. A finalidade do Fórum é criar um espaço de diálogo entre empresas, governos e organizações da sociedade civil para estudar e apontar alternativas de modelos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Ao final do lançamento, ocorrido em Belém/PA, o Imazon foi escolhido como

secretaria executiva do Fórum e em 2008, na II Plenária, foi reeleito até 2010.

Em 2008, o Fórum Amazônia Sustentável foi lançado em São Paulo e em Manaus. Além disso, em parceria com o Instituto Ethos e o Movimento Nossa São Paulo, realizou o seminário Conexões Sustentáveis: São Paulo - Amazônia, que teve como objetivo debater a interdependência entre a metrópole e a Amazônia, ressaltando a responsabilidade





paulistana com a região. Na ocasião, foram formalizados pactos setoriais pela produção, uso, distribuição, comercialização e consumo sustentáveis da pecuária, soja e madeira.

O Fórum também organizou a II Plenária em Manaus. Na ocasião, signatários e convidados participaram dos seminários "Instrumentos Econômicos para uma Amazônia Sustentável" e "Ciência e Tecnologia em tempos de Mudança Climática". Também foi o momento para o Fórum solidificar sua estrutura, com a aprovação do Código de Conduta e de Governança, que fixou instâncias e Grupos de Trabalho, a saber: Cadeias Produtivas; Observatório de Políticas Públicas; Serviços Ambientais / REDD; e Fortalecimento e Ampliação do Fórum.

Em 2007 o Fórum tinha 75 signatários e esse número passou para 148 em 2008, um incremento de 97%.

Comissão Executiva































Relatório de Atividades 2008

Lista de Publicações



Em 2008, o Imazon publicou 5 livros, 1 livreto, 13 artigos científicos e capítulos de livros, 1 artigo técnico não indexado, 13 números do Boletim Transparência Florestal, 2 artigos em simpósios e congressos, 1 tese, 1 relatório técnico, totalizando 37 publicações.

D REVISTAS CIENTÍFICAS

- Arima, E., Walker, R., Sales, M., Souza Jr.
 C. & Perz, S., 06/2008. The Fragmentation of Space in the Amazon Basin: Emergent Road Networks. Photogrammetric Engineering & Remote Sensing. 74 (06) 699-709.
- Fernandes, I., Brito, B. & Barreto, P., 08/2008. Lições para divulgação da lista de infratores ambientais no Brasil. Revista de Direito Ambiental.
- Perz, S., Caldas, M., Walker, R., Arima, E. & Souza Jr., C., 08/2008. Road Networks and Forest Fragmentation in the Amazon: Explanations for Local Differences with Implications for Conservation and Development. Journal of Latin American Geography.

 Ewers, R., Laurance, W. & Souza Jr., C., 09/2008. Temporal Fluctuations in Amazonian Deforestation Rates. - Environmental Conservation.

DE CAPÍTULOS DE LIVRO

- Amaral Neto, M., Amaral, P., Fernandes, K. & Armstrong, G., 2008. A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira: oportunidades e limites. In: Nurit Bensusan e Gordon Armstrong. O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. IEB. 229-245.
- Barreto,P., Pereira,R. & Arima,E., 2008. A Pecuária e o desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas. In: Recursos Naturais e Crescimento Econômico. Universidade Federal de Viçosa. 239-277.
- Pereira, R., Barreto, P., 2008. A pecuária na Amazônia Legal: extensão da produção e de mercados. In: Nurit Bensusan e Gordon Armstrong. O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. IEB. 105-117.
- Souza Jr., C., Barreto, P., Costa, A., Balieiro, C., Fernandes, K., Salomão, R. &



- Nunes, S., **2008**. Monitoramento e planejamento da paisagem. In: Nurit Bensusan e Gordon Armstrong. O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. IEB. 37-66.
- Schulze, M., Grogan, J. & Vidal, E., 2008.
 O manejo florestal como estratégia de conservação e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia: quanto separa os sistemas de exploração madeireira atuais do conceito de manejo florestal sustentável?
 In: Nurit Bensusan e Gordon Armstrong. O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. IEB. 161-213.
- Baitz, W., Pereira, D. & Lentini, M., 2008.
 O setor madeireiro da Amazônia Brasileira.
 In: Nurit Bensusan e Gordon Armstrong. O manejo da paisagem e a paisagem do manejo. IEB. 87-104.
- Veríssimo, A., Pereira, D., 2008. Situação, impactos e perspectivas do setor madeireiro na região de Paragominas, Pará. In: Monteiro, M. & Coelho, M. C. N. Atlas Socioambiental: municípios Tomé-açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianopólis. NAEA. 233-241.

- Porro N., Germaná, C., López, C., Medina, G., Ramiréz, Y., Amaral, M. & Amaral, P., 2008. Capacidades organizativas para el manejo forestal comunitario frente a las demandas y expectativas oficiales. In: César Sabogal, Wil de Jong, Benno Pokorny y Bastiaan Louman. Manejo Forestal Comunitario en América Latina. Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro. Cifor-Catie. 163-194.
- Pacheco P., Ibarra, H., Cronkleton, P. & Amaral P., 2008. Políticas Públicas que afectam el manejo forestal comunitario.
 In: César Sabogal, Wil de Jong, Benno Pokorny y Bastiaan Louman. Manejo Forestal Comunitario en América Latina. Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro. Cifor-Catie. 201-270.

DARTIGOS TÉCNICOS

 Veríssimo, A., Souza Jr, C., Celentano,
 D. & Salomão, R., 2008. Zoneamento de Áreas para manejo florestal no Pará. Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

▶ RELATÓRIO TÉCNICO

 Monteiro, A., Souza Jr., C., Brandão Jr., A, Ribeiro, J., Balieiro, C. & Veríssimo, A.
 2008. Identificação de Áreas para a Produção Florestal Sustentável no Noroeste do Mato Grosso, Imazon, 70p.

DARTIGOS EM SIMPÓSIOS E CONGRESSOS

- Brito, B., 2008. Conexões entre responsabilização ambiental na Amazônia e combate às mudanças climáticas: um estudo de caso em Mato Grosso. São Paulo, Brasil: 13° Congresso Brasileiro de Direito Ambiental.
- Baillarin, F., Gonzales, G. & Souza Jr., C., 2008. Use of Formosat-2 satellite imagery to detect near real time deforestation in Amazonia. Miami, USA: IGARSS - International Geoscience and Remote Sensing Symposium.

D TFSF

 Brito, B., 2008. Can environmental agencies stop illegal deforestation in the Brazilian Amazon? An analysis in Mato Grosso State. Tese de mestrado apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciência do Direito, pela Stanford Law School, EUA, 2008.

BOLETINS

- Souza Jr., C., Veríssimo, A., Costa, A.,
 2008. Transparência Florestal da Amazônia Legal. Boletim Transparência Florestal.
 Do número 1 ao 4. Belém: Imazon. 9 p.
- Souza Jr., C., Veríssimo, A., Costa, A. & Hayashi. S., 2008. Transparência Florestal da Amazônia Legal. Boletim Transparência Florestal. Número 5. Belém: Imazon. 9 p.
- Souza Jr., C., Veríssimo, A., & Hayashi. S.,
 2008. Transparência Florestal da Amazônia Legal. Boletim Transparência Florestal. Números 6 e 7. Belém: Imazon. 10 p.
- Souza Jr., C., Veríssimo, A., Micol, L. & Guimarães, S., 2008. Transparência Florestal do Estado de Mato Grosso. Boletim Transparência Florestal. Do número 13 ao 17. Belém: Imazon. 7 p.
- Souza Jr., C., Veríssimo, A., Costa, A.,
 2008. Transparência Florestal do Estado do Pará. Boletim Transparência Florestal. Nº 04. Belém: Imazon. 5 p.

I IVRFTO

 Carvalheiro K., Sabogal C. & Amaral P.,
 2008. Análise da legislação para o manejo florestal por produtores de pequena escala na Amazônia Brasileira. Belém: Imazon.
 100 p.

LIVROS

Achard, F., Brown, S., De Fries, R., Grassi, G., Herold, M., Mollicone, D. & Souza Jr., C., 2008. Reducing greenhouse gas

emissions from deforestation and degradation in developing countries: a sourcebook of methods and procedures for monitoring, measuring and reporting. 110 p.



A Destinação dos Bens Apreendidos em Crimes Ambientais na Amazônia

Barreto, P., Mesquita, M. & Mercês, H. 2008 Belém, Imazon: 54p.

Trabalhos anteriores do Imazon já indicavam medidas para melhorar a cobrança das multas, mas faltava um diagnóstico sobre a destinação de bens e produtos associados a crimes ambientais apreendidos, como madeira e equipamentos. Este trabalho visou avaliar as lições, barreiras e lacunas para a destinação dos bens (produtos e equipamentos) apreendidos. Essas informações poderão ajudar os esforços do governo em coibir e prevenir futuros crimes ambientais na região.

As barreiras identificadas para a destinação dos bens apreendidos incluem a baixa prioridade administrativa para essa destinação, a escassez de beneficiários elegíveis para a doação e o desconhecimento ou dissenso na esfera judicial. Baseado nisso, o estudo sugere alguns aperfeiçoamentos, tais como a reestruturação da fiscalização, a prioridade da venda em vez da doação dos bens, a preparação dos órgãos ambientais para disputas judiciais, a padronização da interpretação das normas na esfera judicial, o aumento da transparência na responsabilização e o favorecimento do cumprimento das leis.





Quem é Dono da Amazônia: Uma análise do recadastramento de imóveis rurais

Barreto, P.; Pinto, A.; Brito, B. & Hayashi, S. 2008. Belém, Imazon: 74p.

A incerteza sobre a situação fundiária na Amazônia brasileira tem causado conflitos sociais e dificultado a implantação de projetos de conservação e de desenvolvimento econômico na região. Existem propriedades com documentos falsos e posses informais cuja localização é desconhecida e sobre as quais restam dúvidas sobre o direito de regularização. Neste estudo analisamos medidas do Governo Federal para retomar as terras ilegalmente ocupadas na região, enfocando principalmente em três recadastramentos de imóveis rurais iniciados em 1999 (propriedades maiores ou iguais a 10 mil hectares), 2001 (propriedades entre cinco mil e 9,99 mil hectares em municípios selecionados) e 2004 (posses em municípios selecionados da Amazônia).

O estudo mostra avanços como o cancelamento do cadastro de cerca de 20 milhões de hectares de imóveis irregulares - dos quais grande parte foi transferida para a criação de Unidades de Conservação após 2002. Apesar dos avanços, há enormes pendências como processos inconclusos de revisão de 56 milhões de hectares e mais de 40 milhões de hectares de posses ainda irregulares. O documento discute, inclusive, o conjunto de ações integradas necessárias para resolver esses imensos problemas na região.



A Pecuária e o Desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas

Barreto, P., Pereira, R. & Arima, E. 2008 Imazon. 44p.

Em 2004, o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne bovina (USDA, 2006). Entretanto, grande parte desse aumento ocorre na Amazônia a partir do desmatamento de novas áreas que, por sua vez, tem resultado em preocupações ambientais crescentes (Margulis, 2003; Arima et al., 2005). Uma das principais preocupações são as emissões de Gases do Efeito Estufa - GEE resultantes das queimadas para limpar o solo antes

do plantio de pastagens. Os GEE emitidos por todos os países vêm causando o aquecimento do planeta e desequilíbrios climáticos como o aumento de chuvas e secas.

Qual será o futuro da pecuária na Amazônia em um contexto de pressões para reduzir as emissões de GEE? Os fazendeiros da região continuarão a ser os principais responsáveis pelas emissões desses gases no Brasil aumentando a produção a partir do desmatamento? Ou se tornarão mais eficientes aumentando a produção com aumento de produtividade em áreas já desmatadas em resposta a pressões do mercado e das políticas públicas? O trabalho responde a essas perguntas com base em revisão de literatura, em levantamentos de dados inéditos no campo e em dados secundários.



Belém Sustentável 2007

Leão, N.; Alencar, C. & Veríssimo, A. 2008. Belém: Imazon. 142p.

Belém Sustentável 2007 é o mais amplo relatório socioambiental já realizado sobre a Grande Belém. O livro trata dos temas centrais da vida de Belém, tais como floresta urbana, praças (áreas de recreação e lazer), lixo, água, esgoto, transporte, poluição sonora, poluição visual e patrimônio histórico. Para a elaboração do estudo, o Imazon coletou dados primários e sistematizou dados e informações secundárias. Dezenas de instituições públicas, privadas e cívicas foram consultadas no processo de elaboração deste relatório. Foram 41 indicadores analisados, o que possibilitou a avaliação quantitativa da qualidade de vida na região metropolitana entre 2001 e 2006.

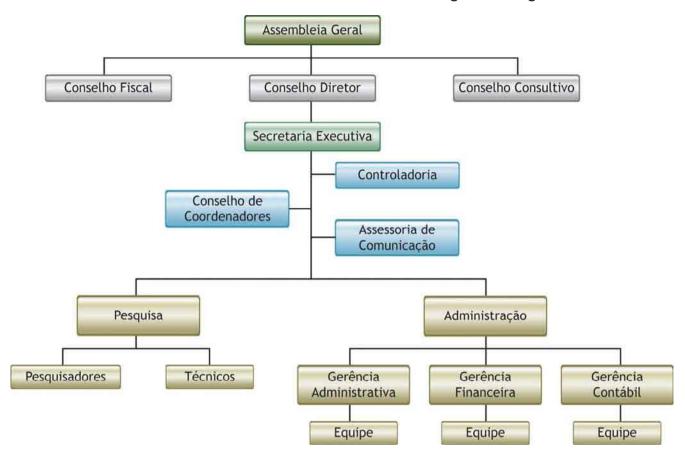
PRÊMIO CHICO MENDES

O ano foi encerrado com a entrega do Prêmio Chico Mendes 2008 para o Imazon, na categoria Organização Não Governamental. A cerimônia, realizada no Rio de Janeiro, teve a presença do Ministro Carlos Minc, secretários de estado, artistas, do filho e da neta de Chico Mendes e o encerramento com shows dos cantores Ney Matogrosso, Gilberto Gil e da Orquestra Imperial. O prêmio é um reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente à iniciativa do Instituto de fornecer dados rápidos e seguros a respeito do desmatamento em Áreas Protegidas para o Ministério Público Federal.

Equipe



O Imazon se estrutura de acordo com o cronograma a seguir:



D ASSEMBI FIA GERAL

- Adalberto Veríssimo Pesquisador Sênior (Imazon).
- Christopher Uhl Professor (Universidade Estadual da Pensilvânia-EUA).
- Cândido Paraguassu Advogado e Professor (Unama).
- David MacGrath Professor (Naea/UFPA).
- Paulo Amaral Pesquisador Sênior (Imazon).
- Paulo Barreto Pesquisador Sênior (Imazon).

DONSELHO DIRETOR

- Robert Schneider Presidente do Conselho Diretor do Imazon, Consultor.
- André Guimarães Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imazon. Diretor Executivo (Ibio).
- Garo Batmanian Especialista Sênior em Meio Ambiente (Banco Mundial).
- Sérgio Abranches Sociólogo e Jornalista da CBN.
- Maria José Gontijo Diretora Executiva (IEB).



D SECRETARIA EXECUTIVA

- Carlos Souza Júnior Secretário Executivo.
- Ana Cláudia Rodrigues Vice-Secretária Executiva.

D CONSELHO CONSULTIVO

- Adriana Ramos ISA.
- Jorge Yared Embrapa.
- Luis Gonzaga Costa Ufra.
- Manoel Pereira Cikel Brasil Verde S/A.
- Peter May UFRJ.
- Rita Mesquita Inpa.
- Robert Buschbacher Universidade da Flórida EUA.

DICONSELHO FISCAL

- Carlos Vicente Assessor no Senado Federal.
- Marcelo Carneiro UFMA.
- Ubiratan Cazetta MPF PA

▶ EQUIPE (EM DEZEMBRO DE 2008)

Pesquisadores

- Adalberto Veríssimo. Pesquisador Sênior. Engenheiro Agrônomo (Ufra). M.Sc. Ecologia (Universidade Estadual da Pensilvânia - EUA).
- Amintas Brandão Júnior. Pesquisador Assistente. Engenheiro Ambiental (Uepa).
 Especialização em Estatística (UFPA).

- André Monteiro. Pesquisador Adjunto. Engenheiro Florestal (Ufra). Especialização em Sensoriamento Remoto (UFPA). Mestre em Manejo Florestal com ênfase em Sensoriamento Remoto (UFPR).
- Andréia Pinto. Pesquisadora Assistente.
 Bióloga (UFPA), Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA). Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA).
- Brenda Brito. Pesquisadora Adjunta. Advogada (UFPA). Mestre em Ciência do Direito JSM (Universidade de Stanford).
- Carla Alencar. Pesquisadora Assistente. Engenheira Ambiental (Uepa).
- Carlos Souza Júnior. Secretário Executivo. Pesquisador Sênior. Geólogo (UFPA). M.Sc. Ciências do Solo com Ênfase em Sensoriamento Remoto (Universidade Estadual da Pensilvânia - EUA). Ph.D. (Universidade da Califórnia - Santa Bárbara - EUA).
- Daniel Santos. Pesquisador Assistente. Engenheiro Ambiental (Uepa).
- Denys Pereira. Pesquisador Assistente. Engenheiro Florestal (Ufam).
- Elis de Araújo. Pesquisadora Assistente. Advogada (UFPA).
- Gleice Gomes. Pesquisadora Assistente. Engenheira Ambiental (Uepa).
- Heron Martins. Pesquisador Assistente.
 Engenheiro Ambiental (Uepa).
- **Júlia Ribeiro**. Pesquisadora Assistente. Engenheira Agrônoma (Ufra).
- Márcio Sales. Pesquisador Assistente. Bacharel em Estatística (UFPA). Mestrando em Geografia (Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, EUA).

- Netuno Leão. Pesquisador Assistente. Químico (UFC).
- Paulo Amaral. Pesquisador Sênior. Engenheiro Agrônomo (Ufra). M.Sc. Manejo e Conservação de Floresta Tropical e Biodiversidade (Catie Costa Rica).
- Paulo Barreto. Pesquisador Sênior. Engenheiro Florestal (Ufra). M.Sc. Ciências Florestais (Universidade Yale EUA).
- **Sâmia Nunes.** Pesquisadora Assistente. Engenheira Florestal (Ufra). Mestranda em Recursos Florestais (Esalg/ USP).
- Sanae Hayashi. Pesquisadora Assistente. Engenheira Florestal (Ufra). Mestre em Botânica Tropical (Ufra).
- Simone Bauch. Pesquisadora Assistente. Engenheira Florestal (Esalq/ USP). M.Sc. em Ciências Florestais - Economia Florestal e doutoranda em Ciências Florestais (Universidade Estadual da Carolina do Norte - EUA).

Técnicos

- Cintia Balieiro. Técnica em Geoprocessamento. Engenheira Agrônoma (Ufra).
- Gerson Favacho. Técnico Florestal (Escola Juscelino Kubitschek).
- lêda Fernandes. Secretária Executiva do Fórum Amazônia Sustentável. Advogada (UFPA).
- Irilene Vale. Técnica Florestal (Escola Juscelino Kubitschek).
- **Jakeline Pereira.** Técnica Florestal. Engenheira Florestal (Ufam).
- Kátia Pereira. Técnica em Geoprocessamento. Engenheira Química (UFPA). Mestre em Geoquímica Ambiental (UFPA).

- Marcelo Galdino. Auxiliar de Campo. Técnico Florestal (Escola Juscelino Kubitschek). Estudante de Engenharia Florestal (Ufra).
- Mariana Vedoveto. Técnica Florestal. Engenheira Florestal (Esalq/ USP)
- Rodney Salomão. Gerente do Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Engenheiro Florestal (Ufra). Especialização em Estatística (UFPA).
- Valdir Pinto. Auxiliar de Campo. Técnico Agrícola.
- Victor Lins. Engenheiro da Computação (UFPA).

Administração

- Adriana Fradique. Assessora de Comunicação. Bacharel em Comunicação Social
 Jornalismo (UFPA). Especialização em Marketing (FAP).
- Aline Ferreira. Assistente Administrativa.
 Bacharel em Administração em Gestão de Sistemas de Informação (Faci).
- Ana Cláudia Rodrigues. Gerente Contábil.
 Bacharel em Ciências Contábeis (UFPA).
- Daniel Souza. Administrador de Rede. Tecnólogo em Processamento de Dados (Unama).
- Elson Vidal. Gerente Financeiro. Bacharel em Administração e Gestão Ambiental (Iesam).
- Emerson Botelho. Porteiro.
- Giselle Fleury. Secretária Bilíngue. Bacharel em Gestão de Turismo (Unama).
- Isabelle Corrêa. Assistente Financeira. Bacharel em Ciências Contábeis (Iesam).
- Izabel Barros. Prestadora de Serviços Gerais.

- Júlia Beltrão. Assistente de Contabilidade. Bacharel em Ciências Contábeis (lesam).
- Manoel Coelho. Auxiliar Administrativo.
- Maria de Nazaré Costa. Cozinheira.
- Rosa Pinheiro. Prestadora de Serviços Gerais.
- Selma Ramos, Cozinheira.
- **Verônica Oki**. *Controller*. Bacharel em Ciências Contábeis (lesam).
- Wanessa Ferreira. Gerente Administrativa.
 Bacharel em Ciências Contábeis (Iesam).

Estagiários

- Antônio da Fonseca. Estudante de Engenharia Ambiental (Uepa).
- **Dalton Cardoso.** Estudante de Engenharia Florestal (Ufra).
- Eric Moritsuka. Estudante de Direito (Unama).
- Fabiany Lucidos. Estudante de Ciências Contábeis (FAP).
- Izabella Gomes. Engenharia Florestal (Ufra).
- **João Siqueira.** Estudante de Engenharia Ambiental (Uepa).
- Laize Silva. Estudante de Engenharia Ambiental (Uepa).
- Larissa Bezerra. Estudante de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (UFPA).
- Marília Mesquita. Estudante de Engenharia Ambiental (Uepa).
- Patrícia da Silva. Estudante de Engenharia Ambiental (Uepa).
- **Silvia Cruz.** Estudante da Escola Técnica Juscelino Kubitschek.

• Thiane de Sousa. Estudante de Ciências Contábeis (Feapa).

Pesquisadores Associados

- Edson Vidal. Doutor em Ciência da Engenharia Ambiental (Eesc/USP) e Professor da Esalq/USP.
- Eugênio Arima. Ph.D. em Geografia Econômica e Métodos Quantitativos (Universidade Estadual de Michigan - EUA).
- James Grogan. Ph.D. em Ecologia (Universidade Yale EUA).
- **Jeffrey Gerwing**. Ph.D. em Ecologia (Universidade Estadual da Pensilvânia EUA).
- Mark Cochrane. Ph.D. em Ecologia e professor da Universidade de Dakota do Sul - EUA.
- Mark Schulze. Ph.D. em Biologia (Universidade Estadual da Pensilvânia EUA).

Pesquisadores Visitantes

- Christopher Barber. Doutorando (Universidade Estadual de Dakota do Sul EUA).
- Erin O'Donnell Sills. Economista (Universidade Estadual da Carolina do Norte EUA).
- Michelle Himdem. Geógrafa (Universidade da Califórnia - Santa Bárbara - EUA).
- Courtney Wilson. Ecóloga (Universidade Hobart & Willian).

▶ CONTRIBUÍRAM PARA O IMAZON FM 2008:

Anderson Costa, Francy Nava, Greice Ferreira, Lorenda Raiol, Marco Lentini, Mariana Lopes, Michelle Campos, além dos estagiários Alexandre da Silva, Hugo Mercês e Dinelma Matos. Agradecemos a todos a colaboração para o nosso Instituto e desejamos sucesso em suas novas etapas da carreira.

Relatório de Atividades 2008

Extrato do Balanço Financeiro 2008



ENTRADA DE RECURSOS				
Fundação Gordon e Betty Moore	3.056.091,93	35,82%		
Comissão Europeia	1.354.991,41	15,88%		
Fundação David e Lucile Packard	913.311,95	10,70%		
IEB - Inst. Internacional de Educação Do Brasil	329.277,05	3,86%		
Departamento de Agricultura - Serviço Florestal Americano	218.552,46	2,56%		
TNC - The Nature Conservancy	198.534,13	2,33%		
Fundação Avina	194.720,22	2,28%		
Fundação Blue Moon	192.300,00	2,25%		
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Sema	164.115,00	1,92%		
OIMT - Organização Internacional de Madeiras Tropicais	140.256,48	1,64%		
Vale	125.000,00	1,47%		
Universidade do Estado de South Dakota	106.385,58	1,25%		
ADT - Amigos Da Terra	104.238,11	1,22%		
Fundação Ford	90.011,14	1,05%		
Fundação Icco - Org. Interclesiástica Coop. Desen.	57.800,00	0,68%		
CI - Conservation International	12.493,98	0,15%		
Aimex	11.160,00	0,13%		
Outros	1.188.375,41	13,31%		
Rendimentos de aplicação financeira ⁶	74.608,46	0,87%		
	8.532.223,31	100,00%		
APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
Pesquisa	5.647.389,18	78,84%		
Administração	1.515.618,58	21,16%		
	7.163.007,76	100,00%		
SUPERÁVIT ⁷ 2007	1.369.215,55			

⁶ Trata-se de rendimentos oriundos de aplicação financeira em poupança e/ou CDB dos recursos permitidos pelos financiadores.

⁷ Corresponde ao resultado entre os recursos recebidos e os gastos efetivados no exercício. No entanto, este resultado está comprometido com as atividades dos projetos previstas para o exercício seguinte e não é considerado como saldo de livre utilização (*endowment*, construção de sede etc.).





INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON					
Extrato dos Balar	Extrato dos Balanços Patrimoniais dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008				
Ativo	2008	2007	Passivo e patrimônio social	2008	2007
	(1)	lota 2.2 (h))		(N	lota 2.2 (h))
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	3.532.454	1.264.267	Fornecedores	37.738	12.044
Adiantamentos concedidos (Nota 4)	111.977	355.938	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 7)	514.500	324.774
Despesas antecipadas	11.926	15.273	Obrigações tributárias (Nota 8)	63.513	24.957
Outros créditos	12.583	37.537	Adiantamentos recebidos (Nota 4)	158.515	
			Obrigações com recursos de projetos (Nota 10)	3.317.648	1.837.919
			Outras obrigações	9.000	
	3.668.940	1.673.015		4.100.914	2.199.694
Não circulante			Não circulante		
Imobilizado (Nota 5)	759.976	614.572	Patrimônio social	444.411	505.118
Intangível (Nota 6)	380.898	356.518	Superávit (déficit) acumulado	264.489	-60.707
	1.140.874	971.090		708.900	444.411
Total do ativo	4.809.814	2.644.105	Total do passivo e patrimônio social	4.809.814	2.644.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato das Demonstrações do Superávit e Déficit dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008

	2008	2007	
		(Nota 2.2 (h))	
Receitas operacionais			
Taxa administrativa de projetos e programas (Nota 11)	1.195.871	1.082.813	
Receita com prestação de serviços (Nota 12)	1.027.278	630.149	
Doações	205.000	22.122	
Outras receitas operacionais	12.574	22.344	
	2.440.723	1.757.428	
Despesas			
Prestação de serviços (Nota 12)	-1.075.394	-357.233	
Despesas Operacionais (Nota 13)	-1.463.035	-1.328.194	
	-2.538.429	-1.685.427	
Resultado financeiro	362.195	-132.708	
Superávit / Déficit do exercício	264.489	-60.707	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Extrato das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2008

DESCRIÇÃO	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2006	-164.785	23.084	-141.701
Incorporação do superávit	23.084	-23.084	
Doações de saldos de projetos encerrados em 2007 (Nota 9 (b))	646.819		646.819
Déficit do exercício		-60.707	-60.707
Em 31 de dezembro de 2007	505.118	-60.707	444.411
Absorção do déficit	-60.707	60.707	
Superávit do exercício		264.489	264.489
Em 31 de dezembro de 2008	444.411	264.489	708.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço www.imazon.org.br

Extrato das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios findos em 31 de	e dezembro 2007
	2007
Origens dos recursos	829.801
Superávit/Déficit do exercício	-60.707
Depreciação	236.751
Saldos de projetos encerrados em 2007	646.819
Baixa do ativo imobilizado	6.937
Aplicações de recursos	354.872
Adição no imobilizado	354.872
Diminuição do passivo circulante	
Aumento do realizável a longo prazo	
Aumento (redução) do capital circulante	474.929
Demonstração da Variação do Capital Circulante	
Ativo circulante	464.991
No final do exercício	1.673.015
No início do exercício	1.208.024
Passivo circulante	-9.938
No final do exercício	2.199.694
No início do exercício	2.209.632
Aumento (redução) do capital circulante	474.929
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram- disponíveis no endereço www.imazon.org.br	se
INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON	

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON		
Extrato da Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício findo em 31 de dezembro de 2008		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	264.489	
Ajustes		
Depreciação e amortização	303.895	
Variações nos ativos e passivos	2.173.482	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.741.866	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-330.403	
Aquisições de bens do ativo intangível	-143.276	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-473.679	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.268.187	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.264.267	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.532.454	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis no endereco www.imazon.org.br		

Parecer dos Auditores independentes

PRICEWATERHOUSE COOPERS @

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores, Membros e Associados Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON PricewaterhouseCoopers
SHS - Quadra 6 - Conjunto A - Bloco C
Edificio Business Center Tower Salas 801 a 811 - Brasilia, DF - Brasil
70300-968 - Caixa Postal 08850
Telefone (61) 2196-1800
Fax (61) 2196-1820

www.pwc.com/br

- Examinamos o balanço patrimonial do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia IMAZON ("Instituto") em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- Exceto pelo assunto mencionado no parágrafo seguinte, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Instituto, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Conforme mencionado na Nota 14 às demonstrações financeiras, o Instituto obteve em 2008, de terceiros, receitas de doações no montante de R\$ 205.000. Em face dessas doações serem espontâneas, são registradas contabilmente quando recebidas; por essa razão, nossas verificações dessas receitas ficaram restritas, exclusivamente, aos valores constantes dos registros contábeis.
- Somos de parecer que, exceto pela restrição mencionada no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia IMAZON em 31 de dezembro de 2008 e o superávit (déficit) das operações, as mutações do patrimônio social e os fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PRICEV/ATERHOUSE COOPERS @

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Anteriormente, examinamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 5 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos do exercício findo naquela data, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, com data de 12 de maio de 2008, incluindo parágrafos de ênfase sobre os seguintes assuntos: (i) a aquisição de terrenos para futura construção da sede do Instituto, no montante de R\$ 135.221, classificado no realizável a longo prazo, e aguardando a definição da administração quanto a continuidade de participação nesse empreendimento; conforme descrito na Nota 2.2 (h), em 2008, a administração reclassificou retroativamente o referido bem para o ativo imobilizado, e (ii) as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, continham ajustes em relação àquelas apresentadas anteriormente. Conforme mencionado na Nota 2.2 às demonstrações financeiras, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1o. de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08 (convertida na Lei no. 11.941, em 28 de maio de 2009), não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Brasília, 29 de maio de 2009

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" PA

Geovani da Silveira Fagunde Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" PA Relatório de Atividades 2008

Siglas

AdT Amigos da Terra

Catie Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza

CBCS Conselho Brasileiro de Construção Sustentável

CGI Centro de Geotecnologia do Imazon

CI Conservação Internacional

Cifor Centro para Pesquisa Florestal Internacional

CITES Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora

CMN Conselho Monetário Nacional CSF/Brasil Conservação Estratégica

CTSF Câmara Técnica Setorial de Floresta do Estado do Pará

EESC/USP Escola de Engenharia de São Carlos/ Universidade de São Paulo

Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Esalq Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Esec Estação Ecológica Faci Faculdade Ideal FAP Faculdade do Pará

Fase Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional

Feapa Faculdade de Estudos Avançados do Pará

Flona Floresta Nacional Flota Floresta Estadual

FSC Conselho de Manejo Florestal GPS Sistema de Posicionamento Global

Ibama Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBIO Instituto BioAtlântica

ICCO Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento

ICV Instituto Centro de Vida

IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil Iesam Instituto de Estudos Superiores da Amazônia

IFT Instituto Floresta Tropical

Imac Instituto do Meio Ambiente do Acre

Imaflora Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola Imazon Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Inco International Nickel Company

Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inpa Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia Inpe Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Ipam Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas

ISA Instituto Socioambiental

Instituto de Terras do Pará

Kanindé

Associação de Defesa Etnoambiental

LCA

Lei de Crimes Ambientais

MDL

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MFC MPE Manejo Florestal Comunitário Ministério Público Estadual Ministério Público Federal

MPF **MPEG**

Museu Paraense Emílio Goeldi Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Naea OIMT

Organização Internacional de Madeiras Tropicais

ONG

Organização Não Governamental

Oscip

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Produtores Florestais Certificados da Amazônia

PFCA **PGPM**

Política de Garantia de Precos Mínimos

Prodes

Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia

RBMA

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Rebio

Reserva Biológica

Resex

Reserva Extrativista

SAD Samflor Sistema de Alerta de Desmatamento

Sebrae

Sistema de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia

Servico de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sema

Secretaria do Meio Ambiente Sistema de Informação Geográfica

SIG UE

União Europeia

Uepa Ufam **UFC**

Universidade do Estado do Pará Universidade Federal do Amazonas Universidade Federal do Ceará

UFMA UFPA

Universidade Federal do Maranhão Universidade Federal do Pará

UFPR

Universidade Federal do Paraná Universidade Federal Rural do Pará

Ufra

Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRJ Unama

Universidade da Amazônia

Usaid

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

USDA

Departamento Norte-Americano de Agricultura

USP **WWF** Universidade de São Paulo Fundo Mundial para a Natureza

ZEE

Zoneamento Ecológico-Econômico

ANEXO

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA: PRINCÍPIOS PARA EVITAR A REPETIÇÃO DO CAOS

A Amazônia é uma terra de paradoxos. Ao mesmo tempo em que é a região com a menor densidade demográfica do país é onde há os mais graves e intensos conflitos pela posse da terra. As disputas decorrem da falta de definição dos direitos de propriedade em áreas ocupadas e da corrida para ocupar áreas públicas ricas em recursos naturais. Esses conflitos e incertezas geram insegurança, afrontam os direitos humanos, incentivam desmatamento desnecessário para demonstração do controle de terras e desincentivam investimentos em uma economia rural sustentável. A causa desses conflitos todos conhecem também: o caos fundiário que subsiste há séculos. A receita para superar essa situação, que consta inclusive de programas governamentais, como o Plano Amazônia Sustentável e o Programa Territórios da Cidadania, é regularizar a situação fundiária, regularizando as terras públicas devolutas, anulando títulos de propriedade falsos, legitimando posses legítimas sobre terras públicas, cadastrando os imóveis existentes, criando infra-estrutura para viabilizar as cadeias produtivas, dentre outros.

Recentemente o Governo Federal tem prometido "acelerar" a regularização fundiária na Amazônia. Em 2008, editou e transformou em lei a Medida Provisória 422, que permite a regularização, sem necessidade de concorrência pública, de posses de até 15 módulos fiscais, que em algumas regiões significa até 1.500 hectares. O ministro Mangabeira Unger anunciou a intenção de criar uma nova instituição especialmente para tratar da regularização fundiária da Amazônia, a qual, com a simplificação das leis hoje existentes, poderia em muito menos tempo fazer o trabalho hoje realizado pelo INCRA. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por sua vez, também apresentou uma proposta de como acelerar a regularização de terras públicas na Amazônia, simplificando procedimentos e diminuindo o tempo e os custos do processo administrativo. A doação de terras para pequenos posseiros tem sido discutida pelo governo federal.

A regularização fundiária é de fato essencial para um desenvolvimento pacífico e sustentável da Amazônia. Entretanto, dado o histórico de caos e ilegalidade das ocupações até o momento, a aceleração, sem maiores critérios, da regularização das áreas já ocupadas poderá estimular novas ocupações de terras públicas, na medida em que cria nos particulares a esperança de que novas exceções poderão ser criadas no futuro (por exemplo, dispensa de licitação para regularização).

Entendemos que, embora a regularização fundiária seja importante, ela não é um objetivo em si. Ela deve ser uma ferramenta a serviço de uma estratégia de ordenamento fundiário para a região, a qual deve levar em consideração sua história, suas vocações, necessidades e limitações. Não conseguimos, no entanto, enxergar qual a estratégia que vem norteando as propostas apresentadas pelo Governo Federal. Todas falam em simplificar leis para diminuir prazos e aumentar o número de hectares "regularizados" a cada ano, mas nenhuma fala sobre o que fazer com as terras assim "regularizadas". Para evitar a repetição do caso em novas fronteiras, a regularização deverá seguir os princípios abaixo elencados:

- Incorporar ao patrimônio da União e dar destinação às terras públicas devolutas, com um prazo definido.
- Reconhecer e assegurar prioritariamente os direitos territoriais coletivos de populações indígenas, quilombolas e extrativistas em geral, evitando outorgar títulos individuais em áreas onde vivam essas populações e existe demanda pelo reconhecimento do uso coletivo;
- 3. Ser executada em total consonância com a Política Nacional de Áreas Protegidas e em articulação com os órgãos federais e estaduais responsáveis pela identificação e criação de Unidades de Conservação, dando prioridade a essa destinação;
- 4. Ser orientada por planos de ordenamento territorial, como são os Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEEs) estaduais. Assim, seria evitada a ocupação privada de áreas de interesse para conservação ou outras finalidades públicas;

- 5. Eliminar subsídios, cobrando de todos a aquisição de terras públicas. O pagamento pela terra incentivaria o investimento para aumentar a produtividade do uso do solo nas áreas já desmatadas. A doações de terras, ao contrário, continuaria estimulando o desmatamento para expandir a produção em terras baratas;
- 6. Respeitar os princípios e objetivos da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei Federal 11.284/06), evitando a destinação de terras para uso agropecuário onde seja identificada a vocação para atividades florestais:
- 7. Contribuir para diminuir o desmatamento e aumentar a capacidade de controle e monitoramento das florestas situadas em imóveis particulares, facilitando a sua regularização ambiental;
- Evitar a concentração de terras e o estímulo para novas ocupações de terras públicas, punindo os grileiros e as ocupações de má-fé.

Assinam:

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira Conservação Internacional

Conselho Nacional de Seringueiros - CNS

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE

Grupo de Trabalho Amazônico - GTA

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia -Imazon

Instituto Socioambiental - ISA
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

WWF Brasil





O Relatório de Atividades 2008 respeita a norma ortográfica que entrou em vigor em 1° de janeiro de 2009.

Organização:

Assessoria de Comunicação

Revisão:

Gláucia Barreto

Capa:

Luciano Silva RL|2 Propaganda e Publicidade

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:

Luciano Silva e Roger Almeida RL|2 Propaganda e Publicidade





